

Governo deve alterar Cofins na indústria automotiva

De Brasília

O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, anunciou ontem que o governo vai alterar a forma de tributação da Cofins na indústria automobilística. A idéia em estudo é permitir que as montadoras utilizem os créditos da Cofins paga pelos seus fornecedores para deduzir o tributo devido. Palocci advertiu, porém, que essa mudança será acompanhada por um aumento da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para compensar a perda da receita.

Durante depoimento no Senado, Palocci informou que o governo também estuda a tributação da Cofins cobrada na agricultura. "Vamos analisar caso a caso e, se for verificada a existência de distorções, faremos as mudanças necessárias."

A partir deste mês, a Cofins deixou de ser cumulativa e passou a incidir sobre o valor que cada empresa agrega à produção. Palocci explicou que o governo identificou distorções na tributação pela nova Cofins de setores que são submetidos ao sistema monofásico, como é o caso da indústria automobilística. Nesse sistema, um único segmento paga o tributo devido por toda a cadeia produtiva. "Nesses casos, a indústria não pode utilizar, como crédito, a Cofins paga nas etapas anteriores da produção", explicou.

Como resultado disso, observou Palocci, as montadoras podem ser levadas a comprar insumos importados, no lugar de adquirir as auto-peças de fornecedores instalados no país. A situação tributária da produção nacional seria igualada a dos im-

portados. As importações também são taxadas pela Cofins e pelo PIS, mas, como não existem etapas anteriores de produção no país, o tributo não pode ser compensado. Palocci disse que está disposto a analisar todas as possíveis "distorções" da Cofins, mas advertiu que o governo não pode perder receita. "Senão o Orçamento não fecha". O ministro reafirmou o compromisso do governo de não elevar a carga tributária e negou que a instituição da Cofins e do PIS sobre as importações represente um aumento de impostos. "Apenas fizemos uma isonomia na tributação do produto importado, que não era taxado com a Cofins e o PIS, com o produto nacional", afirmou.

O aumento da arrecadação com essa medida, segundo ele, será utilizado para reduzir os tributos que incidem sobre os bens de capitais. Palocci informou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu reduzir de cinco anos para três anos o prazo para a desoneração completa dos bens de capitais. "Esse prazo de cinco anos tinha sido negociado com o Senado, mas o presidente decidiu antecipar", disse.

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) pediu que o ministro avaliasse a situação de vários segmentos do setor de serviços que, segundo ele, foram duramente penalizados pela nova Cofins. Palocci ficou de estudar cada caso, mas lembrou as limitações dos recursos.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), informou que um estudo da área técnica de seu partido mostrou que a carga tributária do ano passado ficou praticamente igual a de 2002.